

**DÍVIDA** Valor equivale ao que União deixará de receber e terá de pagar, onerando o Tesouro Nacional até 2022

# Ajuda a estados terá impacto de R\$ 127,4 bi

**WELLTON MÁXIMO**  
Agência Brasil, Brasília

A ajuda aos estados com problemas financeiros terá impacto de R\$ 127,4 bilhões sobre a Dívida Pública Federal de 2019 a 2022, revelou ontem, o Tesouro Nacional. Dessa total, R\$ 95,4 bilhões correspondem ao que a União deixará de receber com os programas de renegociação e com liminares na justiça. Os R\$ 32 bilhões equivalem às garantias que o Tesouro vai executar de estados que quer calote.

De 2016 a 2018, as sucessivas ajudas financeiras aos estados deram prejuízo de R\$ 82 bilhões à União. Do total, R\$ 71,4 bilhões representam o que o Tesouro deixou de receber de receber com os programas de renegociação e com liminares na justiça. Os R\$ 32 bilhões equivalem às garantias que o Tesouro vai executar de estados que quer calote.

Mais tarde, o governo federal também deixaria de receber recursos dos estados por causa de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a unidades da Federação com dificuldades financeiras, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O governo federal também deixaria de receber recursos dos estados por causa de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a unidades da Federação com dificuldades financeiras, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os números foram apresentados ontem, pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, que divulgou o Plano Anual de Financiamento (PAF) para a dívida pública em 2019. Segundo os técnicos do órgão, o dinheiro que a União deixa

de receber dos estados e a execução de garantias da União podem se refletir tanto no aumento da dívida pública como na redução do colchão da dívida pública (reserva financeira de segurança) do Tesouro.

O Tesouro Nacional informa que os cálculos incluem a possibilidade de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul se ingressarem no regime de recuperação fiscal, como o Rio de Janeiro. Segundo Almeida, os dois estados estão em negociações para mudar a forma como registram as despesas com pessoal para apresentarem um plano de ajuste e negociarem a adesão ao programa de socorro financeiro.

"Minas Gerais está construindo esse plano de ajuste e deve trazer a proposta em fevereiro. A partir daí, tem período de negociação. O Rio Grande do Sul, possivelmente em algum momento, vai apresentar o plano deles", disse Almeida. O secretário não entanto, explicou que estados que declararam situação de calamidade financeira, como Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Roraima, não receberão ajuda



A Dívida Pública Federal de 2019 a 2022 sofrerá um importante acréscimo

financeira, apenas auxílio técnico para traçar programas de ajuste fiscal e de melhorias de gestão

## Finanças

De acordo com Almeida, a aprovação da reforma da Previdência representa a melhor possibilidade de que os estados reequilibrem suas

finanças. Isso porque a maior parte dos gastos locais está nas despesas com o funcionalismo local. "Os governadores estão querendo aprovar a reforma da Previdência. Dois terços dos inativos dos estados se aposentam, em média, aos 49 anos de idade", disse.

Desde 2016, a aprovação

dos estados, com suspensão do pagamento do serviço da dívida por seis meses.

Por fim, a LC 159/2017, instituiu o regime de recuperação fiscal, que prevê a suspensão do pagamento das parcelas das dívidas por três anos em troca de um programa de ajuste fiscal dos governos locais. Até agora, apenas o Rio de Janeiro cumpriu os requisitos para aderir ao programa.

O governo federal também deixaria de receber recursos dos estados por causa de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a unidades da Federação com dificuldades financeiras, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

As garantias honradas representam o valor que o Tesouro cobre de estados que pagam dinheiro emprestado com bancos e ficam inadimplentes. Tradicionalmente, a União desconta, dos repasses do Fundo de Participação dos Estados, a quantia gasta para executar as garantias. Porém, uma série de liminares impede a retenção dos recursos e a adesão de estados ao regime de recuperação fiscal.

## INDICADORES

### MERCADOS

BOLSAS PELO MUNDO (VARIAÇÃO %)



Todas as cotações em [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

[www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br)

Confira outros indicadores da economia no portal de A TARDE

### SEU BOLSO

#### ÍNDICE DE PREÇOS

DEZ NOV OUT 12 MESES

RGP-DI -0,45 -0,34 -0,26 -0,26

IPSI -0,49 -0,39 -0,29 -0,25

INPC 0,18 -0,35 -0,40 -0,43

IPC-C 0,21 -0,32 -0,18 -0,86

IPV 0,03 0,03 0,05 0,04

INCC-IBR 0,03 0,03 0,05 0,04

#### TRIBUTO MUNICIPAL

CALENDÁRIO FISCAL / JANEIRO

ISS 0,0008 0,0008 0,0008

Imposto de Renda 0,0000 0,0000 0,0000

IPU / TRD 0,0000 0,0000 0,0000

IPVA 0,0000 0,0000 0,0000

IPB 0,0000 0,0000 0,0000

IPB/IR 0,0000 0,0000 0,0000

IPB/IRG 0,0000 0,0000 0,0000